

ESTER AMARAL DE PAULA MINGA

ester.minga@gmail.com

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, PORTUGAL

O BRASIL NO IMAGINÁRIO PORTUGUÊS A PARTIR DA COBERTURA DO *PÚBLICO* E *EXPRESSO* ÀS COMEMORAÇÕES DOS 500 ANOS DO ACHAMENTO

RESUMO

Neste artigo analiso alguns textos publicados pelos jornais *Público* e *Expresso* acerca dos conflitos entre polícia e manifestantes aquando das celebrações oficiais dos 500 anos de achamento do Brasil, em 22 de Abril de 2000, na cidade de Porto Seguro. O objetivo da análise é compreender os imaginários sobre o país, ainda vigentes em Portugal no final do século XX, que emergem dessas representações e de que forma se relacionam com a história comum (e a maneira como esta foi percecionada na antiga metrópole), com as relações contemporâneas entre os dois países e com a reconstrução do nacionalismo português após o fim do império. Para a análise crítica das notícias, utilizo como suporte metodológico Teun A. van Dijk (2002, 2005) e Norman Fairclough (2001). Na reflexão sobre os imaginários sociais sobre o Brasil, convoco autores como Eduardo Lourenço (1999), Alfredo Margarido (2000), Bela Feldman-Bianco (2001) e outros.

PALAVRAS-CHAVE

Portugal; Brasil; lusotropicalismo; media; descobrimentos

O ano 2000 assinalou o quinto centenário de achamento do Brasil por Portugal e, interessados em celebrar a efeméride, os governos de ambos os países engajaram-se no seu planeamento anos antes. Já em 1986, o Decreto-Lei n.º 391/86 criou a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses com o intuito de, não apenas promover ações relativas ao achamento, mas também a outras importantes datas da Era dos Descobrimentos, que também completariam cinco séculos em finais do século XX. Em 1991, Brasil e Portugal assinaram um protocolo¹ em

¹ Protocolo entre Brasil e Portugal sobre as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, ratificado pelo último no Decreto-Lei n.º 24/92. Disponível em <http://www.gddc.pt/siii/docs/dec24-1992.pdf>

que se prontificavam a desenvolver, ao longo daquela década, um programa comemorativo dos 500 anos, no âmbito de uma comissão bilateral que também seria instituída.

Em consonância ao que ficara ratificado por esse protocolo, dois anos depois, o governo brasileiro também cria uma Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil². Portanto, os eventos oficiais que ocorreram em ambos os países ao longo de 2000 (compostos por concertos, exposições e afins) e que tiveram como ponto alto o início, às margens do Tejo, da viagem rumo ao Brasil do protótipo de uma caravela, facto presenciado pelos presidentes dos respetivos países, em 9 de Março – data que assinala o início da empresa de Cabral –, e a série de eventos, também com a presença dos presidentes, em Porto Seguro, em 22 de Abril – dia em que a frota portuguesa teria chegado à cidade –, foram planeados por ambos os governos.

Todavia, a despeito dessa comemoração oficial pensada desde há mais de uma década, vários setores da sociedade civil brasileira mostraram-se críticos e contrários à celebração. Nomeadamente, grupos indígenas, movimentos negros e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde o início do ano, externavam a sua insatisfação e o desejo de aproveitarem o auge das comemorações, em 22 de Abril, para protestarem em Porto Seguro, como é possível observar em textos já de Janeiro publicados pelo semanário *Expresso*.

Com o intuito de compreender de que forma a comunicação social portuguesa representou essas vozes contrárias às comemorações, assim como as ações que desencadearam – cujo culminar foi a repressão policial violenta aos manifestantes –, neste artigo, irei empreender a análise crítica do discurso a alguns textos sobre a efeméride (editoriais, reportagens e afins) publicados pelos jornais *Público* e *Expresso*. A partir do suporte de diversos autores, busco identificar imaginários sociais acerca do Brasil, ainda vigentes ao final ao século XX em Portugal, subjacentes a essas representações e de que forma se relacionam com a mentalidade portuguesa colonial e pós-colonial e as ideologias a ela associada.

AS RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS NO FINAL DO SÉCULO XX

Para compreender esses imaginários começo por debruçar-me sobre as relações diplomáticas, políticas e económicas – analisadas a partir da

² Criada por Decreto de 12 de maio de 1993. Retirado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1996/dnn4728.htm

perspetiva portuguesa – entre os dois países em finais do século XX e de que forma elas refletem o modo como foram percebidos em Portugal momentos importantes da história comum de ambos. O interesse é perceber como essas percepções se evidenciam na representação jornalística dos conflitos durante as comemorações dos 500 anos.

Segundo Bela Feldman-Bianco (2001), torna-se necessária uma perspetiva mais abrangente para a compreensão das contemporâneas relações luso-brasileiras, pois, com o fim do império em 1974, concomitantemente à reterritorialização de Portugal relativamente às suas fronteiras do século XV, o país também iniciou sua desterritorialização com a adesão à Comunidade Europeia (formalizada em 1986). Tal contexto demandou a reconstrução do seu nacionalismo – a partir de então sob uma perspetiva europeia –, em que emerge como exemplo mais expressivo a alteração de *jus soli* para *jus sanguini* para a concessão da nacionalidade portuguesa.

A partir dessa alteração, a nacionalidade deixou de ser adquirida com base no local de nascimento e passou a ser transmitida por meio da ascendência, diferentemente do que fora válido até então, quando, durante a vigência do império, ao menos teoricamente, todos aqueles nascidos em território português tinham direito à nacionalidade. O objetivo de tal alteração evidencia-se claramente: em conformidade com a sua viragem europeia, o país passava a restringir o acesso à cidadania justamente àqueles que até pouco tempo antes faziam parte da nação e que, naquele momento, chegavam em maior número ao país; algo reforçado uma década mais tarde com a adesão de Portugal ao Espaço Schengen e a promulgação de uma nova Lei de Estrangeiros, em 1992, profundamente restritiva aos nacionais exteriores ao espaço comum europeu.

Todavia, como pontua Feldman-Bianco (2001, 2004), essa viragem para a Europa não significou o fim do interesse pelo antigo espaço imperial, com Portugal redefinindo as suas relações com o Brasil e as ex-colónias africanas. Tal processo atingiu o seu culminar com a emergência da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) em 1996. De facto, estes dois projetos – um voltado ao espaço europeu e outro ao espaço atlântico – estiveram em disputa logo após o 25 de Abril, com a reconstrução do nacionalismo português repousando sobre a seguinte questão: “qual o tipo de nação Portugal almeja ser?”, apenas respondida pela conciliação de ambos em 1996, com a subida ao poder do Partido Socialista – PS.

Este partido, na figura de Mário Soares, defendia que, assim como era de suma importância para a sobrevivência do país, dada sua posição

semiperiférica no contexto global, atrelar-se à Europa, também era necessário ter em consideração a antiga posição portuguesa no Atlântico. Ao analisar os discursos de Aníbal Cavaco Silva (primeiro-ministro entre 1985 e 1995 e posicionado do lado oposto do espectro político) e Soares (presidente da república entre 1986 e 1996), Feldman-Bianco (2001, 2004) observa que enquanto os discursos do primeiro refletiam o alinhamento às políticas europeias, os do segundo, ao proclamar a necessidade de preparação do país para o terceiro milênio, frequentemente, recriavam os imaginários coloniais do século XIX ao defender a “histórica missão” de Portugal, a sua “universal cultura e vocação” e estratégica posição geopolítica.

Após a conciliação dos projetos, o nacionalismo português, progressivamente, começou a expressar-se numa política de investimentos e de valorização da sua alta cultura, primeiramente por meio de seus emigrantes que, estimulados por uma diretriz em consonância com a alteração da lei de nacionalidade que não mais vinculava a cidadania portuguesa ao território do país, foram incitados a representar Portugal no mundo. Paralelamente a isso, o recém-empossado governo socialista começou a redefinir as suas relações com o Brasil, assim como com as demais ex-colônias africanas, por meio da revalorização do antigo espaço imperial português, porém, naquele momento, travestida na ideia de “lusofonia”.

Com a memória da Guerra do Ultramar ainda fresca e a rejeição a tudo que remetesse para um linguajar colonial, era necessário que essa política de cariz neoimperial se apresentasse com uma nova roupagem³, ainda que promovesse antigos imaginários como “a atlântica e universal vocação” de Portugal. Nesse contexto, a ideia de lusofonia emerge como uma readaptação do lusotropicalismo (Machado, 2003; Margarido, 2000), em que teses suas como “o modo português de estar no mundo” e a especificidade do empreendimento colonial de Portugal são novamente exaltadas para realçar os supostos laços de afinidade – culturais e de linguagem – entre a antiga metrópole e as antigas colônias.

Desenvolvido em meados da década de 1930 pelo antropólogo brasileiro Gilberto Freyre, o lusotropicalismo expressa em linhas gerais a especificidade do português no âmbito colonial, pois ele tenderia a envolver-se sexual e culturalmente com os povos locais, proporcionando dessa forma a emergência de ricas e híbridas sociedades, em que o Brasil emerge como

³ Como explica Margarido (2000), tal política de reconstrução da ideologia colonial e consequente alteração de seu vocabulário, da qual em Portugal a ideia de “lusofonia” emerge como o exemplo máximo, ocorreu em diversos ex-impérios, conforme também se observa em França com a sua francofonia.

o exemplo mais bem-sucedido dessa interpenetração de saberes e valores. Quando, com o fim da Segunda Guerra Mundial, os empreendimentos coloniais e os seus paradigmas ideológicos perdem legitimidade, o Estado Novo, procurando contornar o clima internacional desfavorável, adota o lusotropicalismo como sua doutrina oficial (Brito & Rosas, 1996).

O objetivo de tal inserção, como claramente se conclui, seria o de distinguir-se do colonialismo praticado por outros países, buscando propagar a ideia de que no colonialismo português apenas haveria a vontade de transmitir valores universais, a par da integração dos valores indígenas. Todavia, como ressalta Igor Machado (2003), a receção do lusotropicalismo em Portugal foi superficial, pois a miscigenação continuou a ser bastante rechaçada nas colónias. No entanto, segundo o autor e Margarido (2000), é esse lusotropicalismo à portuguesa que está na base do moderno conceito de “lusofonia” ao tentar escamotear a violência do passado colonial por meio de uma de suas principais teses, “o modo português de estar no mundo”, cuja ideia intrínseca seria a propensão dos portugueses para o relacionamento com outros povos.

Como se observa, portanto, ideologias nacionalistas dos séculos XIX e XX foram reincorporadas pelo governo português no momento de restabelecer as suas relações com as antigas colónias, com a ideia do Brasil como empreendimento mais bem-sucedido de Portugal, mais uma vez, adquirindo proeminência ao considerar-se que, diante da situação económica e política ainda precária de algumas ex-colónias africanas, eram os dois países que emergiam como os motores da CPLP, tanto que o estabelecimento desse bloco, a princípio, fora fomentado pelo Brasil. Além disso, a série de privatizações promovidas pelo país em finais da década de 1990 atraiu o interesse de investidores portugueses que, estimulados pelo respetivo governo, começaram a investir massivamente no Brasil, facto denominado pelos media brasileiros como “o retorno das caravelas” (Feldman-Bianco, 2004).

Portanto, nos movimentos de reconstrução do nacionalismo português no final do ciclo imperial, a diplomacia brasileira também desempenhou um papel ativo na manutenção de algumas de suas continuidades. Nesse contexto, considera-se o interesse estratégico do Estado brasileiro tanto ao nível da movimentação de capitais, quanto ao nível do estabelecimento de uma posição hegemónica em relação aos países africanos de expressão portuguesa.

A COBERTURA DOS JORNAIS SOBRE OS PROTESTOS

A ameaça que setores da sociedade brasileira já externavam relativamente à sua intenção de fazer frente aos festejos oficiais não passou ao largo dos jornais analisados. O *Expresso*, num pequeno texto de 29 de Janeiro – “Brasileiros iniciam festa no Carnaval” (p. 10) –, já indicava que grupos indígenas se tinham reunido para planejar a série de manifestações que teriam o seu culminar em 22 de Abril, justificando as suas ações da seguinte forma:

os índios tentarão ganhar protagonismo mediático, num dia em que não vão faltar no local “flashes” e câmara. (...) Por detrás de todas as críticas indígenas aos actos simbólicos preparados conjuntamente por Portugal e Brasil estão, subliminarmente, as pretensões de sempre. Conseguir as suas terras de volta.

Na matéria não é citada nenhuma liderança indígena nem é destacada alguma fala em discurso direto, o que leva à conclusão de que o trecho acima corresponde mais a uma interpretação da jornalista sobre as intenções dos índios que a algo expresso por eles. Como indica Fairclough (2001), a prática discursiva geralmente comporta a incorporação de várias fontes de texto num único evento comunicativo, a exemplo deste trecho que provavelmente faz referência a alguma coletiva de imprensa ou entrevista concedida por lideranças após o encontro dos grupos. Todavia, ao relacionar diferentes vozes – de índios, talvez de representantes do Estado, de críticos à ação indígena..., como é possível supor ao expor as suas razões subliminares –, torna-se difícil ao leitor distingui-las, assim como se tem a impressão de que o texto corrobora essas críticas.

O *Público* expõe de forma mais extensa a provável ocorrência de protestos, já em matéria de 25 de Fevereiro intitulada “Manifestação ameaça comemoração dos 500 anos” (p. 32), porém diferentemente do outro texto, que apenas pontuava a ameaça advinda de grupos indígenas, este afirma no antetítulo: “Negros, índios e sem-terra unidos no Brasil contra os festejos da Descoberta”. Ao falar dos argumentos contrários às comemorações da Comissão Outros 500, formada pelos grupos discriminados no antetítulo, o texto afirma serem esses “relativamente bem conhecidos em Portugal”, no entanto, não os explicita, o que sugere a avaliação por parte do jornalista de que os leitores portugueses partilhavam desse *background*.

A par desse conhecimento que surge implícito, ao longo do texto o termo “colonialismo português” aparece três vezes, sempre como o alvo

das críticas dos movimentos contrários às comemorações. Os autores de tais críticas, por sua vez, são adjetivados nesses períodos como “radicais”; o que sugere a presença de uma ideologia de defesa do colonialismo português – que teria sido mais brando, conforme a ideia que o Estado Novo buscou ventilar com a incorporação do lusotropicalismo. Como explica van Dijk (2002), as implicações ideológicas de um texto evidenciam-se não apenas porque muito pouco é dito, mas também porque muitos aspetos irrelevantes sobre os atores das notícias são destacados. Por exemplo, num trecho desta peça do diário, o jornalista diz: “os movimentos negros mais radicais consideram, entre outros aspectos, que a colonização portuguesa foi a responsável pela criação de um país racista”.

Como se observa, são referenciados “movimentos negros mais radicais”, no entanto, não se explica o porquê de tal adjetivação e quais seriam esses movimentos, com o texto apenas indicando o seu posicionamento acusatório em relação ao colonialismo português. O período, ao ser estruturado dessa forma, acaba portanto, revestindo de descrédito tais movimentos, pois ao mesmo tempo em que se aplica o rótulo – pejorativo – de “radicais”, não se concede um consequente espaço para caracterizá-los e contextualizar as suas posições.

Este viés ideológico mostra-se mais evidente na edição de 22 de Abril do *Público*, em que a quase totalidade da capa e as privilegiadas primeiras páginas (de 2 a 11) são dedicadas aos 500 anos do achamento completados nesse dia. O editorial, intitulado “Sem complexos”, inicia-se com o argumento de que não há apenas heróis e vilões na história e não é possível analisá-la com os padrões éticos da atualidade. Como se nota, este começa por responder aos críticos das comemorações, o que se evidencia de forma mais acentuada no seguinte trecho, a meio do texto: “e por mais índios e sem-terra que se manifestem por estes dias, eu não vou deixar de me orgulhar de pertencer ao povo que empreendeu tais viagens e lançou raízes tão longe” (p. 3). Por fim, o autor argumenta – mais uma vez respondendo aos críticos – que Portugal já se retirara do Brasil há 200 anos, portanto, se o país continuava a sofrer de enormes desigualdades, isso não se devia à “pesada dívida” (o termo aparece assim, entre aspas) deixada pelos portugueses.

Como indica van Dijk (2005), são os editoriais e artigos de opinião da imprensa que evidenciam de forma mais clara as ideologias que os textos comportam, pois, como expressões de opiniões não apenas pessoais, mas também sociais, institucionais e políticas, representam a expressão discursiva das ideologias. Pontuo que, para o autor, estas não correspondem à

reprodução e legitimação da dominação de classe, mas a diversos imaginários relacionados com a promoção dos interesses de um grupo.

Bronislaw Baczko (1991), similarmente, identifica as ideologias, assim como os mitos e as utopias, como complexos sistemas formados pelos imaginários sociais e pelos símbolos sobre os quais aqueles se apoiam. Assim como van Dijk (2005) entende as ideologias em termos de “cognição social”, no sentido de o que as pessoas fazem como parte integrante de um grupo deve, necessariamente, refletir o que pensam enquanto tal, Baczko (1991) não fixa a imaginação social como uma faculdade psicológica autónoma, mas como uma atividade de produção de um vasto sistema simbólico por meio do qual uma coletividade se percebe, se divide e elabora suas finalidades.

Portanto, como se depreende dessas análises similares, as ideologias estão intimamente ligadas ao conceito de identidade social, pois relacionam a representação dos membros de um grupo a partir de categorias como as de pertença, valores, finalidades e afins. Nesse sentido, como pontua van Dijk (2005), geralmente também envolvem a representação dos outros externos aos grupos: “por exemplo, muitas ideologias de grupo envolvem a representação do *self* e de outros, Nós e Eles. Por isso muitas parecem ser polarizadas – Nós somos Bons e Eles são Maus – especialmente quando estão envolvidos interesses conflituosos” (p. 190).

Seguindo-se as categorias de função de um texto estabelecidas por Fairclough (2001) – ideacional, interpessoal e textual –, observa-se no editorial que a primeira emerge na contextualização das comemorações dos 500 anos em que, como nota o autor ao pontuar que nesta função geralmente se identifica a presença de ideologias, se exaltam mitos identitários, como os que idealizam a Era dos Descobrimentos, integrantes das narrativas de nação de Portugal. A função interpessoal também transparece de forma acentuada no texto não apenas por este realçar uma identidade comum entre autor e leitores – como portugueses –, mas também por estabelecer uma oposição ao que julga serem os contrários a essa identidade e ao seu carácter principal: o de “alma sem fronteiras”, aspeto assinalado justamente pelos Descobrimentos.

Na edição de 23 de Abril de 2000, logo após a ocorrência dos conflitos, o *Público* trouxe em sua capa a seguinte chamada: “Violência e chuva estragam celebrações”, todavia, irei analisar uma matéria publicada um dia depois – “Comemorações do império sitiadas” (p. 4) – por esta evidenciar um posicionamento que se distingue do que fora a cobertura do jornal sobre a efeméride até então. Ao iniciar o texto, pontuando que as cerimónias

oficiais estiveram encobertas por uma atmosfera de medo, a correspondente afirma a seguir que estas apresentaram aspetos quase caricatos, similares a uma exposição do Mundo Colonial Português, ao fazerem jus a clichés sobre a colonização do Brasil e o colonizador.

Ao acentuar esse aspeto da cerimónia, o texto indica, todavia, que a mesma não poderia ser acusada de “ideologicamente retrógrada e politicamente anacrónica”, pois a sua iniciativa partira do colonizado, esquecendo-se ou ignorando o facto de que as comemorações foram planeadas por ambos os países. Ao debruçar-se sobre a estrutura esquemática do texto – composta primeiramente pela descrição das celebrações e a seguir pela justificação de seu carácter não retrógrado, apesar de assim terem sido avaliadas no período imediatamente anterior –, observa-se que, a despeito da crítica implícita, este procurou eximir os governos de responsabilidade, facto acentuado pelo que se afirma a seguir:

se bem que, como tem insistido Sampaio, a história não se escolhe, nem se reescreve, o Império está lá, a colonização do Brasil está lá, a dizimação dos índios e a escravatura dos negros também, em particular na construção da nação brasileira. (Almeida, 2000, p. 4)

Conjectura-se também o uso da expressão “se bem que...” para abrir o período, ao sugerir, *a priori*, que o que se seguirá não se enuncia com grande convicção, o que indica a falta de ênfase ao justificar o carácter das cerimónias oficiais.

Já o *Expresso* escolheu expor os conflitos do dia 22 – “Brasil triste no desfecho da festa” (Freaza, 29 de Abril de 2000, p. 7) – a partir de sua repercussão no meio político e na imprensa brasileiros. No entanto, observa-se pela estrutura temática e coerência global da matéria que, assim como foi o padrão na cobertura dos jornais sobre os distúrbios, esta assume a perspectiva dos defensores das comemorações ao compor quase todos os parágrafos por tópicos – macro-estruturas semânticas, na definição de van Dijk (2005) – relativos apenas a opiniões já expressas por estes.

Sob o intertítulo “A tese da invasão”, destaca-se trecho de artigo do escritor brasileiro João Ubaldo Ribeiro em que se enumeram os benefícios da colonização portuguesa para o Brasil. Em outro momento, a jornalista justifica a ocorrência dos protestos de índios e sem-terras da seguinte forma:

de nada adiantou, neste contexto, o presidente lembrar, em discursos oficiais, que tinha dado terras a 400 mil

famílias, além de ter demarcado reservas indígenas que já somam 11% do território nacional. Por a maioria da população desconhecer tal facto, os agricultores e índios tornam-se presa fácil dos radicais.

Observa-se nesse trecho a já citada composição de diferentes vozes, típica do discurso jornalístico (Fairclough, 2001), todavia a forma como se expressa o suposto desconhecimento da população, não é algo que emerge como uma observação, mas como um facto incontestável. Portanto, identifica-se no texto um desequilíbrio na representação dos atores envolvidos nos conflitos, pois, para além de sua coerência global, observa-se que são destacadas em discurso direto as falas de dois representantes políticos e do respetivo autor, enquanto não se expõe nenhuma de algum representante dos movimentos.

A despeito da não concessão de espaço aos movimentos, os mesmos não deixam de ser adjetivados diversas vezes como “radicais”, assim como o Ministro da Administração Agrária brasileiro é caracterizado como “ex-comunista”. Tais rótulos apresentam a seguinte função: enquanto o primeiro é utilizado pejorativamente no sentido de desacreditar o discurso e ações dos movimentos, o segundo atua na acentuação de sua presumida radicalidade, pois até um ex-comunista – subentende-se – já esgotara sua paciência com o MST, como se depreende da fala do ministro: “a minha paciência acabou. A partir de agora, quem destruir prédios do Governo ou sequestrar funcionários públicos vai responder por estes crimes”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela análise da cobertura dos jornais sobre os conflitos observou-se que o discurso jornalístico, orientado pelo viés da retórica oficial de mitificação do “descobrimento” do Brasil, caracterizou de forma depreciativa os movimentos contrários à efeméride e, em alguns momentos, incorporou o argumento de que não era possível julgar com os olhos do presente factos ocorridos no passado. Como indicou o historiador Fernando Rosas em artigo de opinião no *Público* em 29 de Abril – “Do mito à fraternidade” (Rosas, 2000, p. 9) –, essa mitificação para efeitos políticos, no contexto da programação das comemorações oficiais e das declarações de políticos brasileiros e portugueses, revestiu-se de aspetos “lusotropicais” que explicam, por sua vez, a adoção dessa postura de defesa por parte da comunicação social.

Conforme já abordado, a adoção do lusotropicalismo pelo Estado Novo correspondeu a um ato estratégico em que, num contexto internacional desfavorável, a ditadura buscou promover a ideia de que os portugueses tinham um modo peculiar de se envolver com as populações locais e que, portanto, não existiria no seu colonialismo a exploração e desigualdade típicas dessa forma de governo. Nesse contexto, as suas teses foram propagadas tanto pela máquina propagandística quanto pela “educação nacional estado-novista”, como afirma Rosas (2000, p. 9).

Portanto, é possível sugerir que tal comportamento, tanto por parte dos políticos quanto dos jornais portugueses, corresponde aos efeitos de uma ideologia colonial, cuja doutrinação durante o Estado Novo ainda produzia efeitos ao final do século XX. Para a sociedade portuguesa era difícil compreender as acusações de ex-colonizados considerando-se que, desde a década de 1950 e até ao final da ditadura, se ventilou a ideia de que o colonialismo português era brando.

Do mesmo modo, a mitificação da Era dos Descobrimentos, com as suas figuras heróicas exaltadas principalmente durante o Estado Novo, também representou uma forma de deslocar a atenção dos aspetos sombrios relacionados com o empreendimento colonial que lhe seguiu. Tal, penso, suscitou ainda mais o espanto de jornalistas e políticos, pois um importante facto histórico, desde sempre celebrado, tinha o seu legado posto em xeque justamente pelos descendentes de suas vítimas. Todavia, apenas a influência lusotropical na mentalidade portuguesa não explica as reações face aos conflitos e às acusações ao colonialismo português.

Como afirma Lourenço (1999), a colonização do Brasil não foi um empreendimento tradicional nos moldes que ocorreram nos países da América espanhola ou em Moçambique e Angola, mas o que denomina de uma autocolonização, fruto do genocídio indígena e da exploração africana por parte de portugueses e descendentes que construíram o que, pouco a pouco, se tornaria o Brasil. Todavia, como indica Margarido (2000), a partir de 1808 com a vinda da família real para o Rio de Janeiro, o país deixa de depender de sua condição colonial, já de si peculiar, e adquire progressivamente autonomia histórica, cuja independência catorze anos depois apenas iria oficializar.

No entanto, Portugal, profundamente sensibilizado pela perda do Brasil, encarou a inevitabilidade da independência não como um ato de vontade brasileiro, mas como uma operação astuciosa de seu príncipe (Margarido, 2000), e continuou a denominar as relações luso-brasileiras como fraternais por não ousar caracterizá-las como filiais (Lourenço, 1999),

considerando a imensidão em que o país se tornou – não só de território, mas também de pessoas –, ser difícil de conjugar com a diminuta realidade portuguesa.

Os autores também destacam o distanciamento cada vez maior do Brasil – a partir do seu modernismo na década de 1920, no esforço de criação de uma identidade nacional – da sua matriz portuguesa, o que contribuiu para caracterizar as relações dos autodenominados países irmãos como sobretudo oficiais, no entanto, falsas na sua expressa cordialidade que fecha os olhos ao contencioso do passado, vindo este à tona justamente durante as comemorações oficiais dos 500 anos pela voz dos descendentes das vítimas deste lado oficialmente ignorado do passado.

REFERÊNCIAS

- Almeida, S. J. (2000, 24 de abril). Comemorações do império sitiadas. *Público*, p. 4.
- Baczko, B. (1991). *Los imaginarios sociales. Memorias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.
- Brito, B. M. J. & Rosas, F. (1996). *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. I. Lisboa: Bertrand Editora.
- Decreto-Lei n.º 24/92, de 25 de Fevereiro, República Portuguesa.
- Decreto-Lei n.º 391/86, de 22 de novembro, República Portuguesa.
- Fairclough, N. (2001). *Media discourse*. Londres: Edward Arnold.
- Feldman-Bianco, B. (2001). Colonialism as a continuing project: the Portuguese experience. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, 4(8), 607-650. DOI: 10.1080/1070289X.2001.9962705
- Feldman-Bianco, B. (2004). Brazilians in Portugal, Portuguese in Brazil: constructions of sameness and difference. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 1(1). Retirado de <http://ojs.sites.ufsc.br/index.php/vibrant/article/view/243/66>
- Fernandes, J. M. (2000, 22 de abril). Sem complexos. *Público*, p. 3.
- Freaza, I. S. (2000, 29 de janeiro). Brasileiros iniciam festa no Carnaval. *Expresso*, p. 10.
- Freaza, I. S. (2000, 29 de abril), Brasil triste no desfecho da festa. *Expresso*, p. 7.

- Lourenço, E. (1999). *A nau de Ícaro: imagem e miragem da lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- Machado, R. J. I. (2003). *Cárcere público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal*. Tese de doutoramento, Unicamp, Brasil.
Retirado de <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279828>
- Margarido, A. (2000). *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Marmelo, J. (2000, 25 de fevereiro). Manifestação ameaça comemoração dos 500 anos. *Público*, p. 32.
- Rosas, F. (2000, 29 de abril). Do mito à fraternidade. *Público*, p. 9.
- van Dijk, A. T. (2002). *The interdisciplinary study of news as discourse*. In B. K. Jensen & W. N. Jankowski (Eds.), *A handbook of qualitative methodologies for mass communication research* (pp. 108-120). Oxford: Taylor & Francis e-Library.
- van Dijk, A. T. (2005). *Discurso, notícia e ideologia. Estudos na Análise Crítica do Discurso*. Porto: Campo das Letras.

Citação:

Minga, E. A. P. (2019). O Brasil no imaginário português a partir da cobertura do *Público* e *Expresso* às comemorações dos 500 anos do achamento. In M. L. Martins & I. Macedo (Eds.), *Livro de atas do III Congresso Internacional sobre Culturas: Interfaces da Lusofonia* (pp. 392-404). Braga: CECS.